



RELATÓRIO
FINANCEIRO
MUNICIPAL



OUTUBRO 2014

RELATÓRIO MUNICIPAL

NOTA PRÉVIA	3
CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA	4
<i>Receita</i>	4
<i>Despesa</i>	8
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO	19
EMES, EM, SA	20
SINTRA QUORUM, EEM	21
RESULTADOS ORÇAMENTAL/PATRIMONIAL	23
DÍVIDA A TERCEIROS	25
DÍVIDA A FORNECEDORES	26
DÍVIDA TOTAL	26
NOTA FINAL	28

NOTA PRÉVIA

O presente relatório, elaborado no âmbito do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tem por objetivo informar os eleitos locais do Município de Sintra da execução orçamental a 31 de outubro de 2014, nas perspetivas da receita e da despesa, por forma a garantir um acompanhamento e controlo do orçamento aprovado, bem como da sua situação económica, através da análise de custos e proveitos.

Pretende-se, ainda, dar conhecimento da situação financeira relativa às entidades que constituem o setor empresarial local (SEL) desta Autarquia bem como dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS).

O atual exercício está a ser marcado pela deliberação do executivo camarário relativa à reorganização do sector empresarial local em Sintra. Este modelo consistiu inicialmente na dissolução das empresas municipais EDUCA, EEM e HPEM, EEM, com internalização das atividades no Município, com exceção da recolha e transporte de resíduos que foi internalizada nos SMAS, e internalização do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO), atividade da SINTRAQUORUM, EEM, seguindo-se agora o processo de internalização da restante atividade desta empresa (com exceção da escola do património), que terá efeitos a partir de janeiro de 2015.

As atividades internalizadas encontram-se já sob a gestão do Município e dos SMAS, com o pessoal internalizado a ser remunerado pelas respetivas entidades e as cedências de posições contratuais maioritariamente operacionalizadas.

De salientar, ainda, que as empresas EDUCA, EEM e HPEM, EEM, por se encontrarem num processo de liquidação, têm as suas atividades reduzidas a procedimentos administrativos inerentes à liquidação, assim apenas se apresentará o montante das dívidas a fornecedores, bem como a restante dívida a terceiros.

CMS

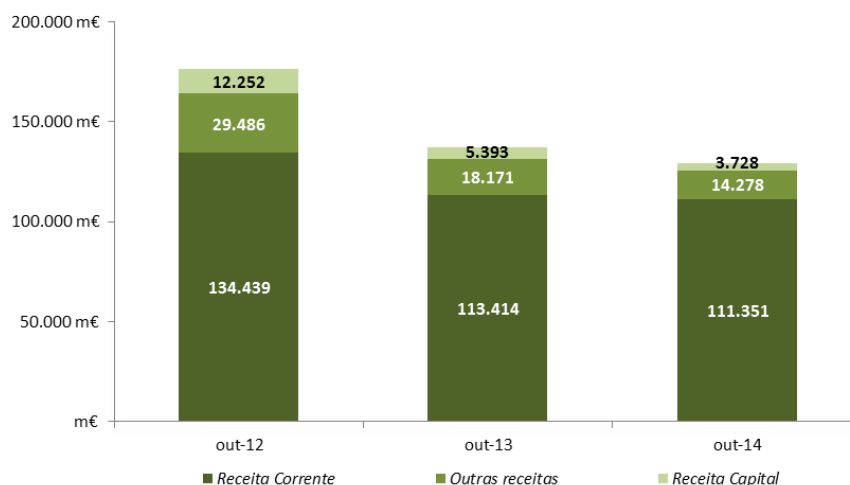
RECEITA

A receita cobrada pelo Município ascendeu a cerca de 129,4 milhões de euros, um decréscimo de 5,6% (-7,6 milhões de euros) face ao período homólogo de 2013, consequência da redução das transferências da Administração Central e das reposições da receita junto da Autarquia.

As receitas próprias totalizam 57% (73,7 milhões de euros) da receita global, verificando-se em relação ao período homólogo de 2013 um acréscimo superior a 4% da sua representatividade. A restante receita provém de transferências da Administração Central (32%) e da incorporação do saldo de gerência (10,8%). As reposições não abatidas nos pagamentos têm uma expressão residual (0,2%).

Unid: €					
Receita	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Receitas Próprias	95.874.837	72.075.125	73.718.013	1.642.888	2,3%
Transferências	45.315.882	46.731.723	41.361.337	-5.370.387	-11,5%
Passivos Financeiros	5.500.000	0	0	0	-
Reposições n abat pagtos	1.295.422	3.889.058	277.838	-3.611.220	-92,9%
Saldo de Gerência	28.190.543	14.282.093	14.000.000	-282.093	-2,0%
Total	176.176.683	136.978.000	129.357.188	-7.620.813	-5,6%

Do total de receita cobrada, cerca de 111,4 milhões de euros (86,1%) respeita a receita corrente e 3,7 milhões de euros a receita de capital (2,9%). As outras receitas são compostas essencialmente pelo saldo de gerência anterior (que contempla uma incorporação de 14 milhões de euros) e pelas reposições não abatidas nos pagamentos, que em conjunto perfazem 11%.



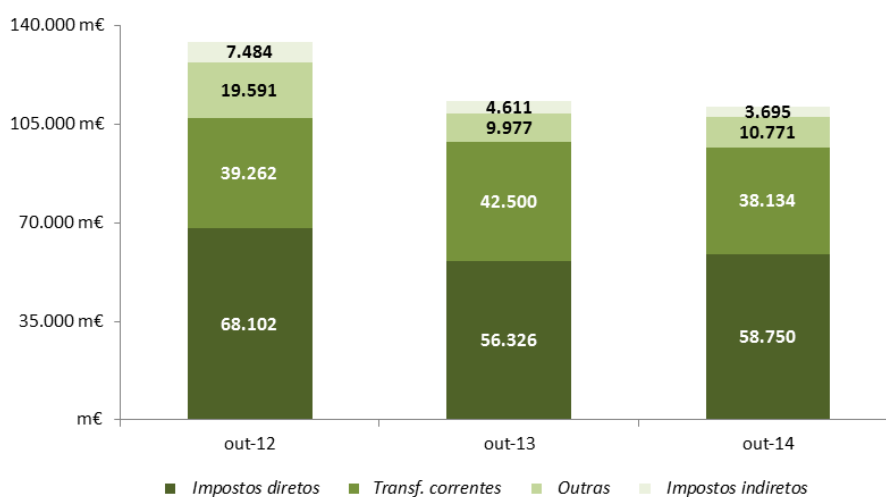
RECEITA CORRENTE

A receita corrente é constituída pela cobrança de impostos diretos, 58,8 milhões de euros (52,8%), por transferências correntes provenientes da Administração Central, 38,1 milhões de euros (34,2%), pela coleta de impostos indiretos, 3,7 milhões de euros (3,3%), e por outras receitas, 10,8 milhões de euros (9,7%).

Em relação aos impostos diretos verificou-se um acréscimo de 2,4 milhões de euros, consequência de uma maior receita de IMI arrecadada (+4,3 milhões de euros), no entanto, este efeito foi anulado pela menor receita conseguida nas transferências da Administração Central (-4,4 milhões de euros), relacionada, sobretudo, com a diminuição da participação do imposto sobre o rendimento singular (IRS) e com as atividades de enriquecimento curricular.

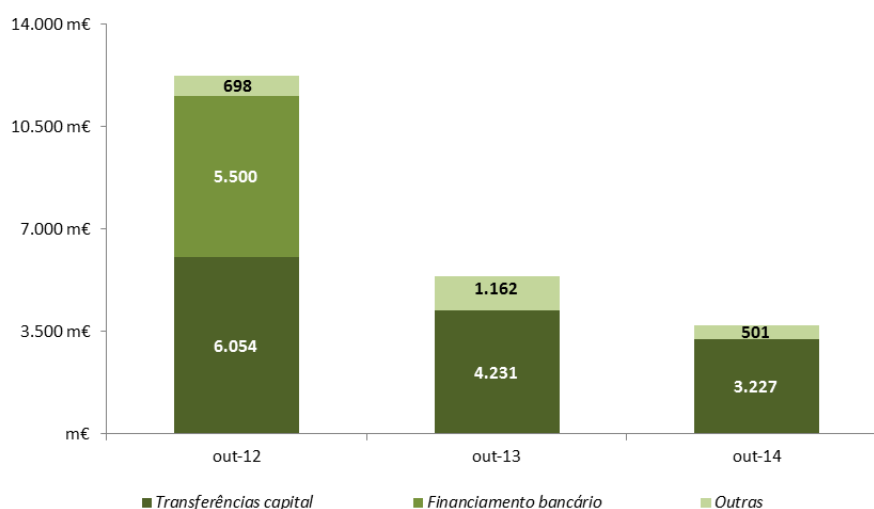
Os impostos indiretos diminuíram 915,3 mil euros, consequência da redução verificada ao nível dos impostos cobrados com a ocupação da via pública (-595,2 mil euros) e com publicidade (-354,6 mil euros).

Nas outras receitas destacam-se os rendimentos da propriedade, cuja receita ascendeu a 6,6 milhões de euros, relacionada, sobretudo, com o contrato de concessão com a EDP (4,2 milhões de euros), o contrato de concessão referente ao posto de abastecimento da BP na Av. dos Bons Amigos, no Cacém (1 milhão de euros) e a distribuição de excedentes dos SMAS (763,9 mil euros).



RECEITA DE CAPITAL

A receita de capital compreende, essencialmente, as transferências de capital provenientes da Administração Central, no montante de 3,2 milhões de euros (86,6%). A receita própria de capital teve uma expressão diminuta, 501,3 mil euros (13,4%), justificada em 290 mil euros pela venda de bens de investimento (2.ª tranche da venda da Quinta da Amizade) e em 192,8 mil euros pela compensação urbanística. A receita de capital não contempla o efeito dos empréstimos bancários, uma vez que o financiamento de curto prazo contratado não teve até ao momento qualquer utilização e em relação ao financiamento de médio e longo prazo não existem novas contratações desde 2011.



A análise seguinte permite evidenciar as alterações ao nível das principais rubricas da receita corrente e de capital do Município.

Impostos (receita corrente)

Unid: €					
Impostos	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Impostos diretos	68.102.092	56.325.697	58.750.352	2.424.655	4,3%
IMI+CA	48.005.144	32.433.896	36.750.091	4.316.194	13,3%
IUC+IMV	6.800.458	8.483.802	8.659.945	176.143	2,1%
IMT+SISA	7.314.037	10.442.214	9.225.310	-1.216.904	-11,7%
Derrama	5.982.453	4.965.785	4.115.007	-850.778	-17,1%
Impostos indiretos	7.483.574	4.610.693	3.695.352	-915.341	-19,9%
Loteamento e obras	232.728	322.596	459.658	137.062	42,5%
Ocupação da via pública	5.781.081	3.052.181	2.456.964	-595.217	-19,5%
Publicidade	942.899	702.019	347.409	-354.610	-50,5%
Outros	526.866	533.897	431.320	-102.577	-19,2%
Total	75.585.666	60.936.390	62.445.704	1.509.313	2,5%

Ao nível dos **impostos diretos**, o acréscimo verificado está relacionado com o aumento significativo do IMI (+4,3 milhões de euros). O IUC apresenta uma cobrança semelhante à do ano anterior, verificando-se um ligeiro aumento de 176,1 mil euros (+2,1%).

Em sentido inverso, registaram-se diminuições ao nível do IMT de 1,2 milhões de euros (justificada pelo valor de reembolsos emitidos) e da derrama de 850,8 mil euros. Relativamente à derrama, o valor arrecadado ascende a 4,1 milhões de euros, 68% do valor orçado (6 milhões de euros).

Em relação aos **impostos indiretos**, a cobrança ascendeu a cerca de 3,7 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 915,3 mil euros (-19,9%) comparativamente ao ano anterior, relacionado, sobretudo, com as taxas de ocupação da via pública, que em 2013 incluíam a cobrança extraordinária de um processo judicial da Lisboa Gás (881 mil euros), e com a publicidade, no âmbito da implementação do “licenciamento zero” em 2014.

Transferências (receita corrente e de capital)

Unid: €					
Transferências obtidas					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Transferências correntes	39.262.121	42.500.432	38.134.122	-4.366.309	-10,3%
Fundo equilíbrio financeiro (FEF)	6.590.900	8.787.870	9.763.020	975.150	11,1%
Fundo social municipal (FSM)	4.174.590	4.174.590	4.174.590	0	-
Imposto sobre o rendimento singular (IRS)	12.820.740	12.820.740	9.748.640	-3.072.100	-24,0%
Refeições e transportes escolares	1.885.899	1.842.042	1.539.172	-302.871	-16,4%
Enriquecimento curricular 1.º Ciclo	2.836.925	2.836.925	1.116.073	-1.720.852	-60,7%
Técnicas ação educativa/pessoal n docente	9.972.066	10.804.487	10.969.167	164.680	1,5%
Outras transferências correntes	981.001	1.233.777	823.461	-410.317	-33,3%
Transferências de Capital	6.053.761	4.231.292	3.227.214	-1.004.078	-23,7%
Fundo equilíbrio financeiro (FEF)	4.393.930	2.196.960	1.084.780	-1.112.180	-50,6%
Cooperação técnica financeira	3.950	1.840.726	2.046.667	205.941	-
Participação comunitária em projetos	1.596.677	81.546	0	-81.546	-100,0%
Outras transferências de capital	59.204	112.060	95.767	-16.293	-14,5%
Total	45.315.882	46.731.723	41.361.337	-5.370.387	-11,5%

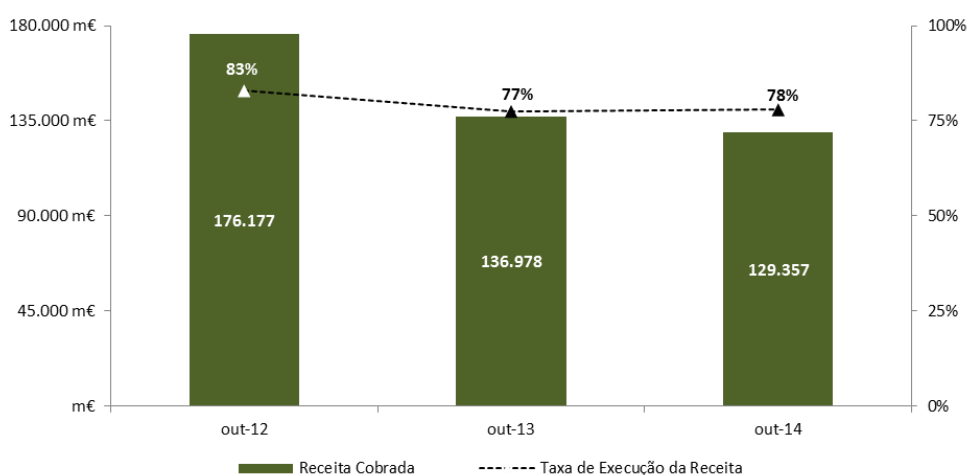
Nas **transferências correntes** o decréscimo mais significativo verificou-se nas receitas relativas à participação no IRS (-3,1 milhões de euros), cuja redução, de acordo com as transferências previstas na LOE de 2014 atingirá 3,7 milhões de euros, e referentes ao enriquecimento curricular do 1º ciclo, em que se estima uma perda potencial no final do ano de 1,6 milhões de euros.

Inversamente, verificou-se um acréscimo no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corrente, com uma cobrança superior em 975,2 mil euros (+11,1%), no entanto não se trata de um aumento efetivo no total da receita, tendo em conta que ao nível do FEF de capital as transferências diminuíram 1,1 milhões de euros, havendo, inclusivamente, um decréscimo de 137 mil euros nas transferências relacionadas com o FEF.

As **transferências de capital** ascenderam a 3,2 milhões de euros, verificando-se que o efeito da redução do FEF capital foi superior ao aumento da cooperação técnica financeira, que reflete o financiamento do Estado em 2014, para a construção da escola EB 2,3 Visconde de Juromenha, no montante de 1,3 milhões de euros.

TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Em 2014 foi orçada uma receita total de 166 milhões de euros, tendo-se verificado à data do relatório uma taxa de execução de 78% (129,4 milhões de euros cobrados).



DESPESA

A despesa realizada pelo Município ascendeu a 97,3 milhões de euros, verificando-se uma diminuição de 27,4 milhões de euros (-21,9%) face ao período homólogo de 2013.

Do total de despesa realizada pela CMS, cerca de 83,9 milhões de euros (86,2%) respeita a despesas correntes e 13,4 milhões de euros (13,8%) a despesas de capital.

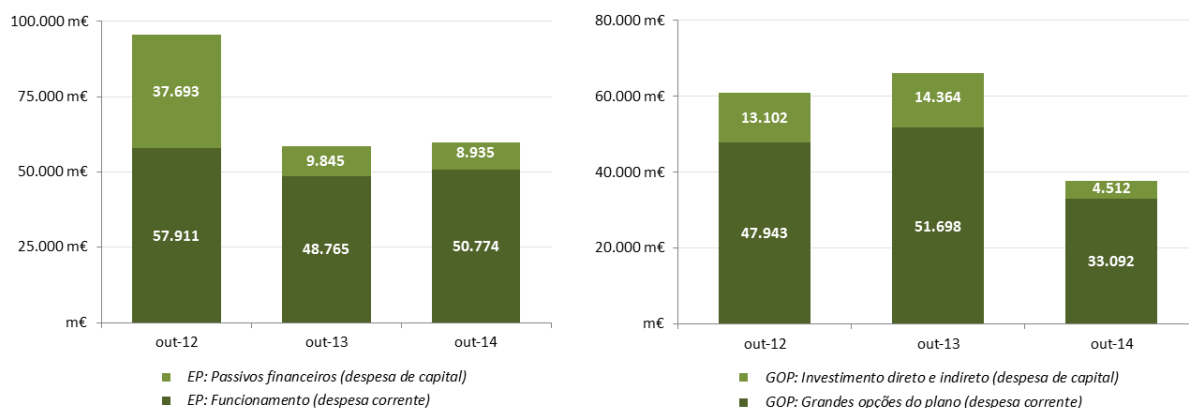
A redução da despesa em 2014, embora sentida nas duas vertentes, foi preferencialmente direcionada para a despesa corrente (-16,6 milhões de euros) que para a despesa de capital (-10,8 milhões de euros).

Em 2014, o aumento verificado ao nível do funcionamento (extra-plano) está relacionado com o processo de dissolução das empresas municipais, com a assunção dos encargos das atividades internalizadas. Esta situação também se repercute nas grandes opções do plano (GOP), mas em sentido contrário, tendo em conta que determinados gastos assumidos pelo Município, em sede de orçamento (funcionamento), quando incorridos pelas empresas, representavam um encargo ao nível das GOP, por via do financiamento no âmbito dos contratos-programa celebrados.

Unid: €					
Despesa corrente e de capital realizada					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Despesa corrente	105.854.025	100.462.375	83.865.752	-16.596.623	-16,5%
EP: Funcionamento	57.910.721	48.764.636	50.774.068	2.009.432	4,1%
GOP: Grandes opções do plano	47.943.304	51.697.740	33.091.685	-18.606.055	-36,0%
Despesa de capital	50.794.903	24.208.487	13.446.669	-10.761.818	-44,5%
GOP: Investimento direto e indireto	13.101.848	14.363.935	4.511.883	-9.852.052	-68,6%
EP: Passivos financeiros	37.693.055	9.844.552	8.934.785	-909.767	-9,2%
Despesa total	156.648.928	124.670.862	97.312.421	-27.358.441	-21,9%

No orçamento (extra-plano), o aumento da despesa corrente (+2 milhões de euros), relacionado com os referidos encargos da internalização assumidos pelo Município, foi mitigado pelo decréscimo da despesa de capital (-910 mil euros), referente às amortizações de empréstimos bancários.

Relativamente às GOP, a redução de 18,6 milhões de euros na despesa corrente, é justificada ao nível dos subsídios para as empresas municipais (-11,3 milhões de euros), pela não celebração dos contratos-programa (com exceção do contrato do Centro Cultural Olga do Cadaval (CCOC), visado em 24 de setembro) e das transferências correntes para a Associação de Municípios AMTRES (-6,4 milhões de euros), tendo em conta que não ocorreram transferências de equilíbrio para a TratoLixo, EIM, SA, e que a cessão de créditos assumida pelo Município terminou no final do ano de 2013. A despesa de capital incorpora sobretudo as obras da escola EB 2,3 Visconde de Juromenha (1,2 milhões de euros) e do mercado do Cacém (888 mil euros).



EP – EXTRA PLANO (FUNCIONAMENTO E PASSIVOS FINANCEIROS)

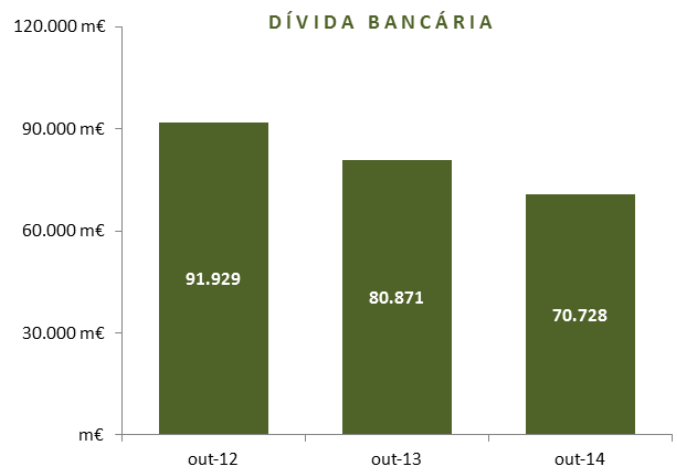
O orçamento (extra-plano) apresenta uma despesa realizada de 50,8 milhões de euros para o funcionamento, destacando-se as despesas com pessoal, 38,2 milhões de euros, e encargos com as instalações (eletricidade e água), 6,8 milhões de euros, que em conjunto totalizam 88,6% do total desta despesa.

Ao nível do pessoal, o acréscimo é justificado pelo encargo com a atualização das contribuições para a caixa geral de aposentações (CGA), que passaram de 20% para 23,75%, e pelo encargo adicional com o pessoal internalizado. O impacto destes encargos, foi minimizado pela redução dos vencimentos, na sequência dos cortes instituídos pela Lei do Orçamento de Estado de 2014, bem como pela redução das avenças contratadas.

Em relação à despesa com eletricidade e água, o acréscimo verificado é o efeito da internalização, com o Município a assumir a gestão de várias instalações, assim, como a despesa com vigilância e segurança.

Unid: €					
Despesa realizada - extra plano					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Funcionamento	57.910.721	48.764.636	50.774.068	2.009.432	4,1%
Pessoal	33.047.443	36.621.019	38.235.793	1.614.774	4,4%
Combustíveis e lubrificantes	491.667	411.570	395.674	-15.896	-3,9%
Limpeza e higiene	939.403	868.751	965.329	96.577	11,1%
Material de escritório	138.380	191.430	113.989	-77.441	-40,5%
Prémios, condec., ofertas, art. honorif. dec.	21.648	35.211	11.882	-23.329	-66,3%
Água e eletricidade	14.035.795	6.357.805	6.762.437	404.633	6,4%
Conservação de bens	453.702	40.963	21.123	-19.840	-48,4%
Locação de edifícios	145.100	136.577	88.236	-48.340	-35,4%
Comunicações	312.533	149.846	236.833	86.986	58,1%
Seguros	76.896	289.412	294.504	5.092	1,8%
Publicidade	67.782	61.894	30.556	-31.338	-50,6%
Vigilância e segurança	707.373	371.870	583.266	211.395	56,8%
Assistência técnica e outros trab. espec.	220.299	166.229	203.909	37.679	22,7%
Encargos de cobrança de receita	3.821.353	1.317.059	1.380.820	63.761	4,8%
Juros e outros encargos	2.880.216	1.296.806	1.017.227	-279.579	-21,6%
Impostos e taxas	199.392	75.551	112.727	37.176	49,2%
Outras	351.738	372.641	319.763	-52.878	-14,2%
Amortização empréstimos	37.693.055	9.844.552	8.934.785	-909.767	-9,2%
Total	95.603.776	58.609.188	59.708.853	1.099.665	1,9%

Ao nível dos passivos financeiros, o serviço da dívida (amortização e juros) atingiu 9,9 milhões de euros, ascendendo a dívida bancária a 70,7 milhões de euros.



GOP – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A despesa realizada com ações inscritas nas GOP atingiu os 37,6 milhões de euros, distribuídos por despesas com as transferências correntes e subsídios (49,6%), aquisição de bens e serviços (37,3%), investimento (12%) e outras despesas (1,1%).

Unid: €					
Despesa GOP					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Transf. correntes e subsídios	35.969.781	38.082.236	18.657.909	-19.424.327	-51,0%
Investimento direto e indireto	13.101.848	14.363.935	4.511.883	-9.852.052	-68,6%
Aquisição de bens e serviços	11.686.558	13.203.417	14.024.215	820.797	6,2%
Outras despesas	286.965	412.086	409.561	-2.525	-0,6%
Total	61.045.152	66.061.675	37.603.568	-28.458.106	-43,1%

As **transferências correntes** são compostas, essencialmente, pelo apoio concedido às Juntas de Freguesia (5,5 milhões de euros), pelo financiamento das atividades relacionadas com a educação, nomeadamente AEC, CAF, PAQUE, entre outras (3,2 milhões de euros), pelo apoio concedido às associações de bombeiros (1,1 milhões de euros) e por transferências para outras instituições sem fins lucrativos (1 milhão de euros).

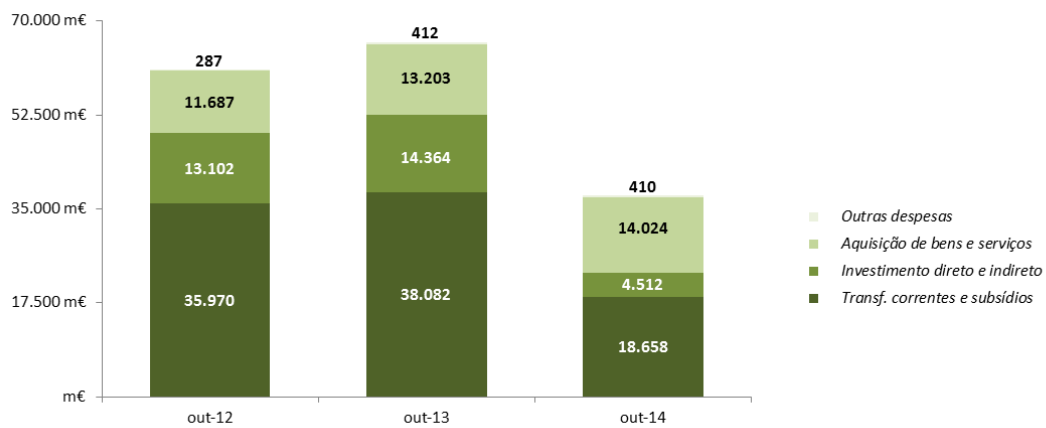
Comparativamente com o período homólogo de 2013, verificou-se uma redução de 844,4 mil euros na área da educação, por conta das atividades de enriquecimento curricular, e de 6,4 milhões de euros nas transferências para a AMTRES, que em 2013 incluía a regularização da cessão de créditos (2,2 milhões de euros), bem como transferências financeiras de equilíbrio de contas para a TratoLixo, EIM, SA, (4,2 milhões de euros).

Ao nível dos **subsídios**, a despesa ascendeu a 6,8 milhões de euros, sendo constituída sobretudo pelas coberturas de prejuízos efetuadas às empresas HPEM, EEM (3,7 milhões de euros) e EDUCA, EEM (2,9

milhões de euros). Relativamente ao ano anterior, a despesa decresceu 11,3 milhões de euros, consequência de não terem sido celebrados contratos-programa, no âmbito do processo de internalização.

No que se refere ao **investimento**, verifica-se uma diminuição da despesa na ordem dos 9,9 milhões de euros. Do investimento direto realizado este ano destaca-se a obra de construção da EB 2,3 Visconde de Juromenha (1,2 milhões de euros), iniciada no ano 2013, e a obra de remodelação do mercado do Cacém (888 mil euros). Quanto ao investimento indireto, salientam-se as transferências de capital para as juntas de freguesia (417,5 mil euros) e o apoio concedido na área da ação social (338,7 mil euros).

Relativamente às despesas com a **aquisição de bens e serviços**, estas incorporam essencialmente o tratamento de resíduos sólidos urbanos (8,2 milhões de euros), aquisições de serviços relativas à gestão escolar para refeições e transporte (1,1 milhões de euros) e informatização (710,7 mil euros).



Analisando as GOP através da **área funcional**, e comparando com o período homólogo de outubro de 2013, verificou-se que o decréscimo da despesa realizada, está relacionada essencialmente com as funções sociais, nomeadamente ao nível das rubricas educação (-10 milhões de euros), habitação e serviços coletivos (-10 milhões de euros), e serviços culturais, recreativos e religiosos (-5,1 milhões de euros).

Ao nível da educação, a diferença é justificada pela não celebração dos contratos-programa com a EDUCA, EEM, e com as atividades de enriquecimento curricular.

No que concerne à habitação e serviços coletivos, a diminuição verificada deve-se sobretudo ao facto do ano 2013 incluir transferências de equilíbrio para a TratoLixo EIM, SA, no montante de 4,2 milhões de euros, e ainda a regularização da cessão de créditos com a AMTRES, que terminou em novembro de 2013 no montante de 2,2 milhões de euros, e ainda pela não celebração do contrato-programa com a HPEM, EEM, relativo à limpeza urbana.

Relativamente aos serviços culturais, recreativos e religiosos, a variação reside no facto do ano 2013 incluir a despesa extraordinária de 2,1 milhões de euros, relativa ao processo judicial de indemnização do Centro de Ciência Viva, bem como o facto de em 2014 apenas se ter celebrado com a SINTRA QUORUM, EEM, o contrato programa para o CCOC

Ao nível das restantes funções, também se verificaram decréscimos, nomeadamente: funções gerais (-873,7 mil euros) e funções económicas (-1,6 milhões de euros).

As outras funções espelham a despesa realizada no âmbito do financiamento atribuído às juntas de freguesia, verificando-se uma diminuição de 975,6 mil euros, nomeadamente nos outros apoios financeiros (-435 mil euros) e limpeza e calcetamento (-520,4 mil euros).

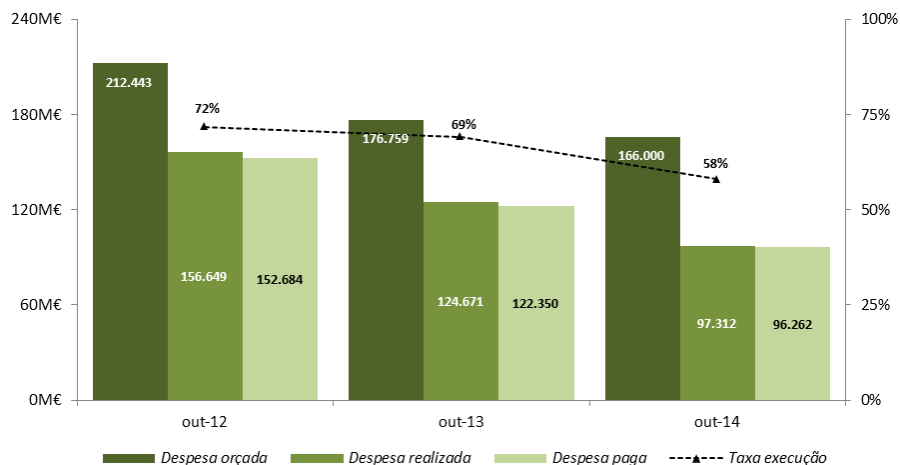
No que se refere à taxa de execução total das GOP, esta situou-se nos 47,5%, registando uma redução de 23,2% face a 2013.

Despesa GOP

	out-13		out-14		Variação
	Realizado	Tx Execução	Realizado	Tx Execução	
Funções Gerais	3.856.296	50,1%	2.982.551	35,9%	-873.745
Serviços Gerais da Administração Pública	2.540.843	44,7%	1.780.917	26,2%	-759.926
<i>Racionalização dos Serviços</i>	1.432.463	43,7%	1.226.390	29,5%	-206.073
<i>Apetrechamento dos Serviços</i>	747.851	41,4%	405.316	19,0%	-342.535
<i>Comunicação e Imagem</i>	360.530	57,8%	149.211	30,5%	-211.319
Segurança e Ordem Pública	1.315.453	63,9%	1.201.634	77,7%	-113.819
<i>Protecção Civil</i>	1.304.770	65,2%	1.200.929	80,1%	-103.841
<i>Polícia Municipal</i>	10.684	18,1%	705	1,5%	-9.978
Funções Sociais	51.281.131	76,8%	26.316.490	50,1%	-24.964.641
Educação	19.279.779	80,3%	9.196.464	52,1%	-10.083.315
<i>Ensino não Superior</i>	14.530.852	80,5%	5.693.076	41,8%	-8.837.775
<i>Serviços Auxiliares de Ensino</i>	4.748.927	79,6%	3.503.388	86,0%	-1.245.539
Saúde	161.590	39,1%	133.029	13,0%	-28.561
<i>Serviços Individuais de Saúde</i>	0	-	0		0
<i>Saúde Médico - Veterinária</i>	161.590	39,1%	133.029	23,5%	-28.561
Acção Social	1.175.700	57,6%	1.383.747	40,1%	208.047
<i>Infância</i>	0	0,0%	24.221	0,0%	24.221
<i>Terceira Idade</i>	38.456	52,7%	9.107	8,1%	-29.350
<i>Deficiência</i>	24.192	45,8%	6.243	19,7%	-17.949
<i>Minorias Étnicas</i>	61.448	71,0%	60.062	64,5%	-1.386
<i>Outras Intervenções</i>	1.051.604	61,7%	1.284.114	43,9%	232.510
Habituação e Serviços Colectivos	24.497.083	74,9%	14.543.332	54,5%	-9.953.750
<i>Habituação</i>	364.521	52,6%	169.153	16,4%	-195.368
<i>Planeamento Urbanístico</i>	44.787	26,6%	49.969	28,0%	5.181
<i>Urbanização</i>	971.977	66,6%	110.140	4,1%	-861.837
<i>Requalificação Urbana</i>	91.508	5,5%	370.179	21,8%	278.671
<i>Saneamento</i>	6.754.683	82,2%	5.020.478	70,7%	-1.734.205
<i>Resíduos Sólidos</i>	15.124.605	82,4%	8.433.575	68,4%	-6.691.030
<i>Ambiente</i>	387.709	64,2%	164.935	25,4%	-222.774
<i>Parques e Jardins</i>	757.291	49,4%	224.903	16,6%	-532.388
Serv.Culturais, Recreativos e Religiosos	6.166.979	80,4%	1.059.917	24,6%	-5.107.062
<i>Património Histórico-Cultural</i>	1.310.646	65,9%	274.973	18,7%	-1.035.673
<i>Animação Cultural</i>	3.084.324	95,7%	552.991	55,1%	-2.531.333
<i>Desportos e Tempos Livres</i>	1.760.896	73,3%	211.226	14,2%	-1.549.670
<i>Juventude</i>	5.119	19,1%	14.589	17,8%	9.470
<i>Cemitérios</i>	5.994	41,8%	6.138	11,2%	144
Funções Económicas	4.045.654	42,2%	2.401.511	26,0%	-1.644.143
Indústria e Energia	650.667	49,8%	443.348	42,1%	-207.320
<i>Iluminação Pública</i>	650.667	49,8%	443.348	42,1%	-207.320
Transportes e Comunicações	2.501.899	40,8%	955.950	15,0%	-1.545.948
<i>Rede Viária e Transportes</i>	2.501.899	40,8%	955.950	15,0%	-1.545.948
Comércio e Turismo	893.088	41,3%	1.002.213	56,6%	109.125
<i>Mercados e Feiras</i>	814.575	40,0%	918.003	59,1%	103.428
<i>Turismo</i>	38.513	75,3%	84.211	47,3%	45.697
<i>Comércio</i>	40.000	50,0%	0	0,0%	-40.000
Outras Funções	6.878.593	71,0%	5.903.017	64,1%	-975.577
<i>Transferências entre Administrações</i>	6.878.593	71,0%	5.903.017	64,1%	-975.577
Total	66.061.675	70,7%	37.603.568	47,5%	-28.458.106

EXECUÇÃO DA DESPESA

A taxa de execução da despesa total (funcionamento e GOP) atingiu os 58%, um decréscimo de 11% em relação ao período homólogo de 2013, com o nível de pagamentos a atingir 98,9% de despesa realizada.



PROVEITOS NO PERÍODO

Em termos patrimoniais, os proveitos do exercício ascenderam a 108,9 milhões de euros, verificando-se uma quebra de 3,3 milhões de euros (-2,9%), consequência sobretudo da diminuição dos proveitos operacionais (-2,5 milhões de euros).

Unid: €					
Proveitos no período					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Proveitos operacionais	115.196.445	102.497.860	100.008.024	-2.489.836	-2,4%
Impostos e taxas	71.574.158	58.200.187	59.647.351	1.447.164	2,5%
Transferências e subsídios	42.186.052	42.883.931	37.718.188	-5.165.743	-12,0%
Outros proveitos	1.436.235	1.413.742	2.642.485	1.228.743	86,9%
Proveitos financeiros	4.849.064	4.499.478	4.719.579	220.101	4,9%
Proveitos extraordinários	3.258.833	5.212.432	4.210.028	-1.002.404	-19,2%
Total	123.304.342	112.209.769	108.937.630	-3.272.139	-2,9%

A rubrica **impostos e taxas** é constituída principalmente por impostos diretos (56,3 milhões de euros), impostos indiretos (2,2 milhões de euros) e taxas (1,3 milhões de euros) – inclui ainda 953,8 mil euros de reembolsos relacionados sobretudo com o IMI (161,9 mil euros) e IMT (787,6 mil euros). O aumento verificado está relacionado com os impostos diretos (+1,9 milhões de euros), nomeadamente o IMI (+3,2 milhões de euros). Em sentido inverso verifica-se o decréscimo da derrama (-851 mil euros) e do IUC (-359 mil euros).

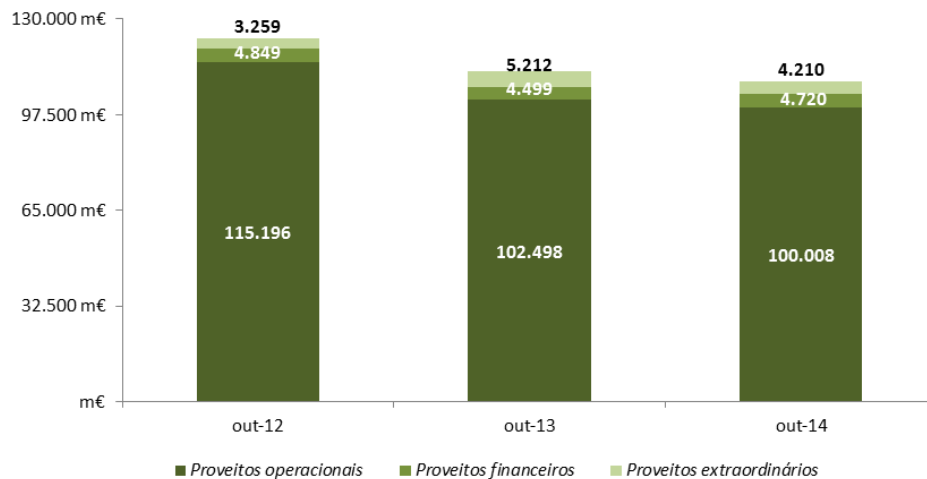
Ao nível dos restantes impostos e taxas destaca-se a redução verificada na compensação urbanística (-326,1 mil euros).

Ao nível das **transferências e subsídios** a diminuição verificada é consequência sobretudo das reduções das transferências da Administração Central por conta da participação do IRS (-3,1 milhões de euros) e enriquecimento curricular (-1,8 milhões de euros).

Os **proveitos financeiros** totalizaram 4,7 milhões de euros e respeitam, essencialmente, às rendas relativas ao contrato de concessão com a EDP (4 milhões de euros), e ao contrato de concessão relativo ao posto de abastecimento da BP na Av. dos Bons Amigos, no Cacém (100 mil euros).

Quanto aos **proveitos extraordinários**, estes ascenderam a 4,2 milhões de euros (-1 milhão de euros face ao período homólogo de 2013) e são constituídos principalmente pelo reconhecimento de subsídios ao investimento, em consonância com as respetivas amortizações (2,2 milhões de euros), pela distribuição de excedentes dos SMAS referentes ao exercício de 2013 (763,9 mil euros) e por anulações de provisões (804,5 mil euros).

Analisando a estrutura de rendimentos, verifica-se que os proveitos operacionais predominam com uma expressão relativa de 91,8%.



CUSTOS NO PERÍODO

Os custos do exercício da CMS ascenderam a 88,5 milhões de euros, tendo-se registado uma diminuição de 16,6 milhões de euros face ao ano anterior, reflexo da redução dos custos operacionais.

Unid: €					
Custos e perdas do exercício					
	out-12	out-13	out-14	Var.	Var. %
Custos Operacionais	89.568.008	98.996.025	82.573.063	-16.422.962	-17%
CMVMC	959.790	967.863	670.396	-297.467	-31%
FSE	18.864.681	20.270.136	22.284.978	2.014.842	10%
Pessoal	30.992.726	33.456.641	34.641.780	1.185.140	4%
Amortizações Imob. Corp.	8.545.216	8.993.320	12.594.922	3.601.601	40%
Provisões	934.193	3.978.671	668.567	-3.310.104	-83%
Transferências e Subsídios	28.769.694	30.901.132	11.406.209	-19.494.923	-63%
Outros Cust. e Perd. Operacionais	501.709	428.262	306.210	-122.052	-28%
Custos Financeiros	2.552.072	3.572.662	4.086.227	513.565	14%
Custos Extraordinários	5.355.736	2.535.135	1.845.598	-689.537	-27%
Total	97.475.817	105.103.822	88.504.888	-16.598.934	-16%

A diminuição dos custos está relacionada com a área operacional, nomeadamente ao nível das transferências e subsídios concedidos, sobretudo pelo facto de não terem sido celebrados contratos-programa com as empresas municipais, na sequência do processo de reorganização do setor empresarial local – no presente exercício foi apenas celebrado o contrato-programa para a exploração do CCOC, com a SINTRA QUORUM, EEM.

O acréscimo dos **custos com pessoal** inclui o efeito da atualização da CGA e o encargo com o pessoal internalizado afeto às atividades da limpeza urbana, gestão escolar, gestão de equipamentos desportivos e do MASMO. O acréscimo não é mais significativo porque, tal como salientado anteriormente, foi minimizado pela redução dos vencimentos, na sequência dos cortes instituídos pela Lei do Orçamento de Estado de 2014, bem como pela redução das avenças contratadas.

O aumento verificado nos **fornecimentos e serviços externos** reflete a assunção de encargos decorrente da internalização das atividades das empresas dissolvidas, destacando-se, entre outros, a limpeza urbana (1,1 milhões de euros), os refeitórios escolares (1 milhão de euros) e os transportes escolares (684,7 mil euros).

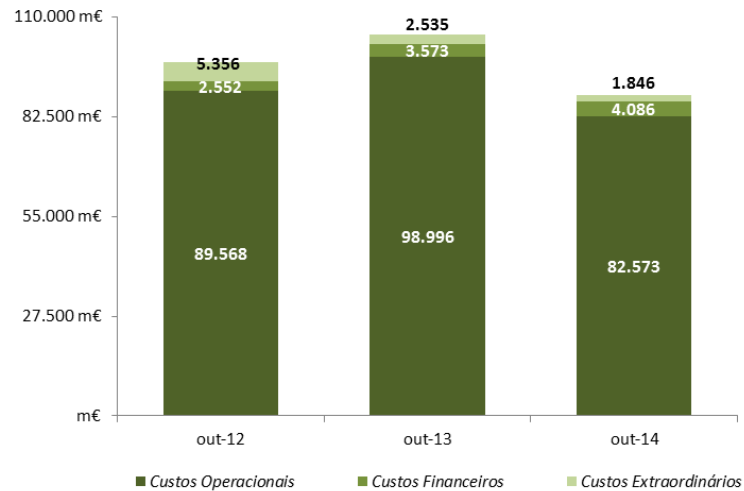
O aumento das **amortizações** está relacionado com o início do processo de depreciação dos bens imóveis cedidos pelo IGFSS (Bairros 1.º de Maio e da Tabaqueira), em 2014, e ainda, dos bens da Cacém Polis, SA, cujo registo da amortização de 2013 ocorreu apenas em dezembro.

Ainda no que respeita às **transferências e subsídios**, estes são constituídos essencialmente pelo financiamento às freguesias, no montante de 5,4 milhões de euros, por transferências no âmbito da educação (2,7 milhões de euros) e pelo apoio financeiro concedido às associações de bombeiros do concelho (1,1 milhões de euros), a outras associações sem fins lucrativos (1,1 milhões de euros) e às famílias (376,5 mil euros).

Os **custos financeiros** dizem respeito, substancialmente, ao reconhecimento de perdas relativas às participações financeiras face à variação negativa registada nos capitais próprios das empresas HPEM, EEM (2,3 milhões de euros) e SINTRA QUORUM, EEM (406,5 mil euros) e a juros relativos a empréstimos bancários (906,3 mil euros).

Quanto aos **custos extraordinários**, estes englobam transferências de capital concedidas (1,1 milhões de euros), para as juntas de freguesia (528,1 mil euros) e no âmbito da ação social (210,7 mil euros), entre outros. O restante valor é relativo a correções de exercícios anteriores (621,8 mil euros).

Da análise do gráfico seguinte é possível constatar o peso dos custos operacionais na estrutura de custos da Autarquia.



Apresenta-se, de seguida, uma síntese dos resultados dos SMAS, SINTRA QUORUM, EEM, e EMES, EM, SA, bem como uma análise à dívida do universo municipal.

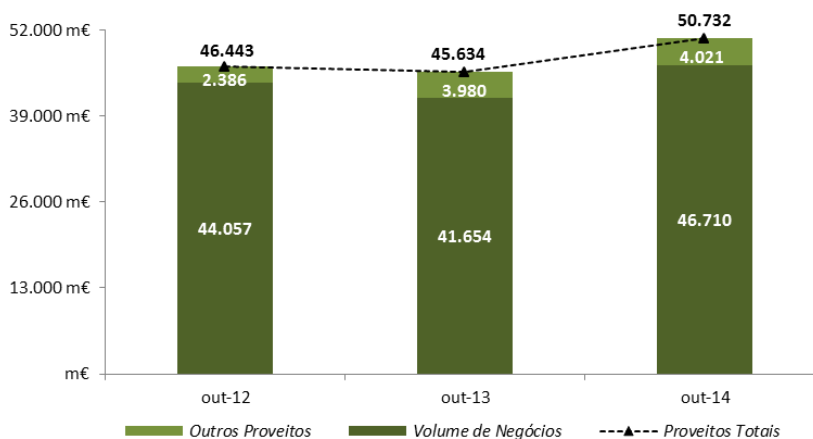
SMAS

PROVEITOS

Os proveitos da empresa totalizaram 50,7 milhões de euros, registando-se um aumento de 5,1 milhões de euros (+11,2%) relativamente ao período homólogo de 2013, justificado ao nível do volume de negócios, consequência da internalização da atividade de recolha de resíduos sólidos urbanos.

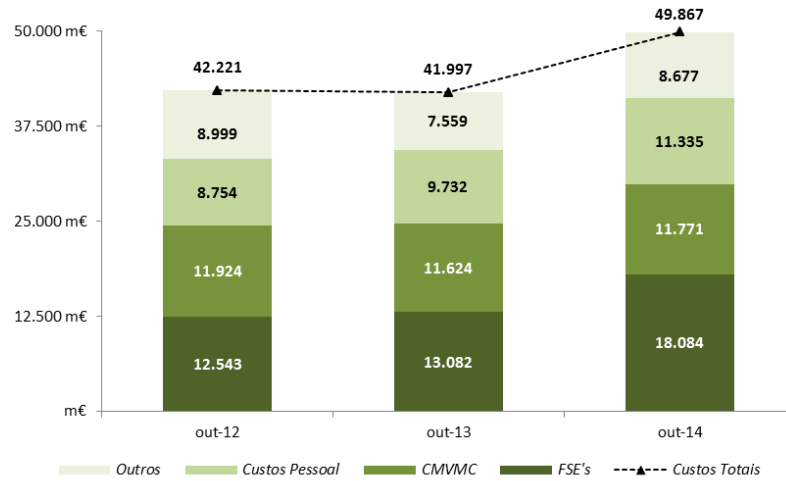
O volume de negócios representa cerca de 92,1% do total de proveitos e é constituído pelas seguintes rubricas:

- Abastecimento de água (14,9 milhões de euros);
- Prestação de serviços relativa à cobrança de tarifas (tarifa fixa de água e tarifa de saneamento) e à limpeza de fossas e contentores (31,8 milhões de euros);



CUSTOS

Os custos totais ascenderam a 49,9 milhões de euros evidenciando um acréscimo de 7,9 milhões de euros, justificados, sobretudo, pelo crescimento dos FSE's (+5 milhões de euros) e dos custos com pessoal (+1,6 milhões de euros), efeito da internalização nos serviços municipalizados da atividade e respetivo pessoal afeto à recolha de resíduos sólidos urbanos, no âmbito da dissolução da empresa municipal HPEM, EEM.

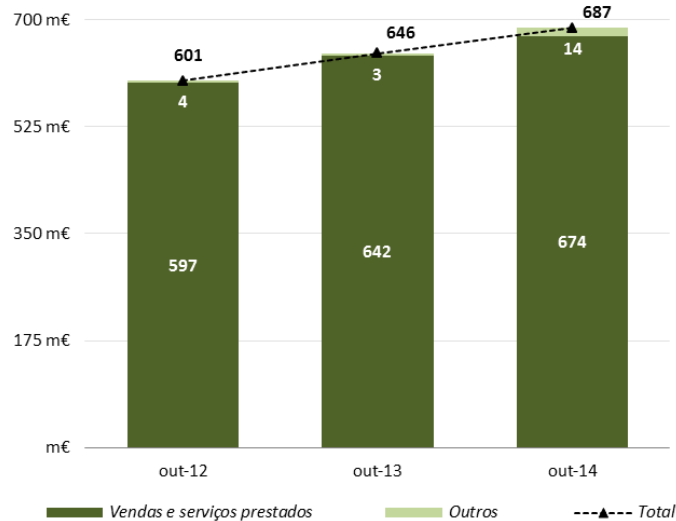


Face ao nível de proveitos e custos registados no período, os SMAS apresentam um resultado líquido do exercício positivo na ordem dos 865 mil euros.

EMES, EM, SA

GANHOS

Os rendimentos da empresa em outubro de 2014 ascenderam a 687,3 mil euros, verificando-se um crescimento relativo de 6,5% (+41,8 mil euros) face ao período homólogo de 2013.



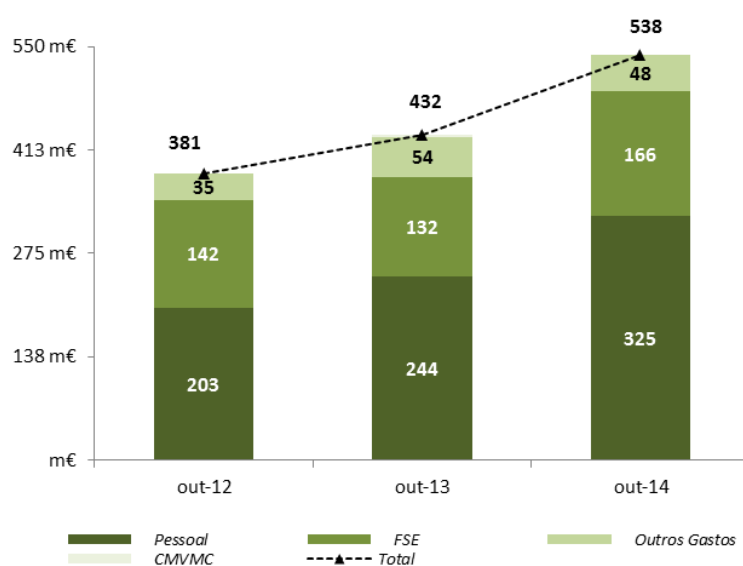
As receitas da empresa advêm das vendas dos tickets (obtidos nas diversas áreas de rotação), das avenças (valores pagos mensalmente), dos avisos, dos cartões de residentes e outros rendimentos.

GASTOS

Relativamente aos gastos, estes registaram um aumento na ordem dos 24,5% (+106 mil euros), sendo constituídos sobretudo por gastos com pessoal (60,3%) e fornecimentos e serviços externos (30,8%).

Em relação ao período homólogo de 2013, os gastos com o pessoal aumentaram 32,9% (+80,3 mil euros), resultado da admissão de novos colaboradores.

Os fornecimentos e serviços externos que representam a segunda maior parcela de gastos aumentaram cerca de 25,6% (+33,7 mil euros) face a outubro de 2013.



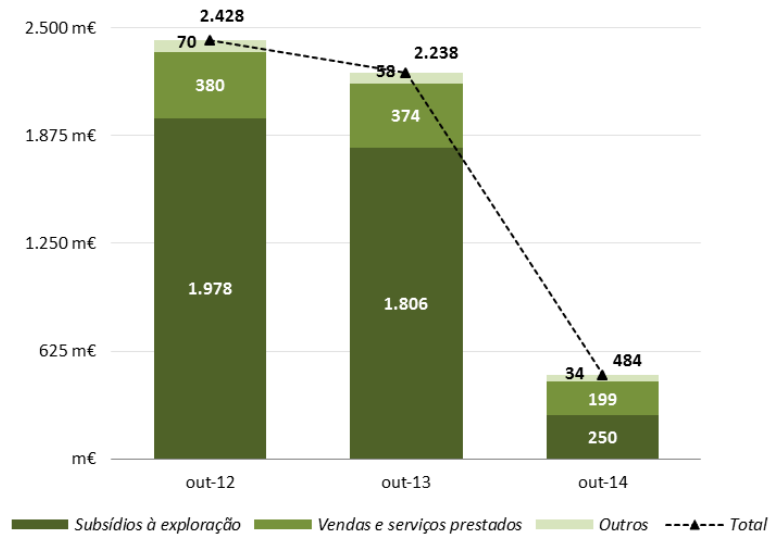
Face ao nível de rendimentos e de gastos registados no período, a empresa apresenta no final de outubro de 2014 um resultado líquido do exercício positivo na ordem dos 149,1 mil euros.

SINTRA QUORUM, EEM

Atendendo ao processo de reorganização do SEL, durante o corrente exercício apenas foi celebrado com a SINTRAQUORUM, EEM, o contrato-programa para o CCOC, visado recentemente pelo Tribunal de Contas. A esta situação acresce, ainda, a internalização do MASMO, bem como o facto de o Festival de Sintra ter sido organizado diretamente pelo Município, verificando-se, assim, uma diminuição dos gastos e dos rendimentos, consequência da menor atividade.

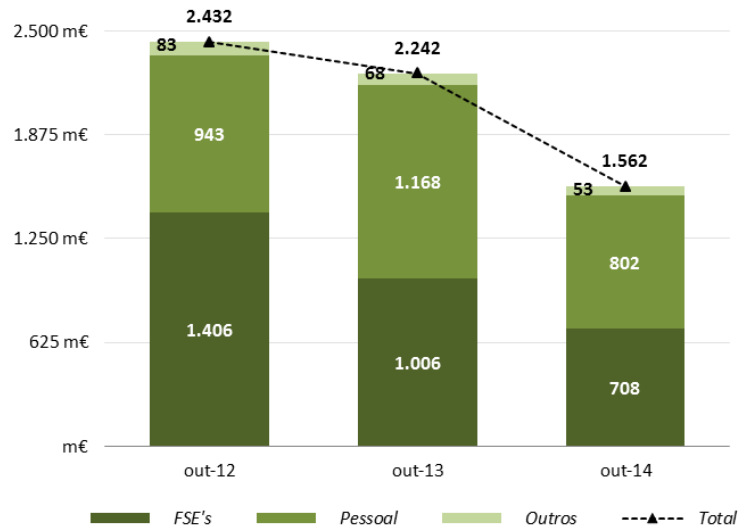
GANHOS

Os rendimentos da empresa compreendem, essencialmente, os subsídios à exploração, atribuídos pelo Ministério da Educação no âmbito da atividade desenvolvida pela Escola de Recuperação do Património de Sintra (EPRPS), e as receitas próprias provenientes da gestão do Centro Cultural Olga do Cadaval e das propinas da EPRPS.



GASTOS

Ao nível dos gastos, e como referido anteriormente, as reduções verificadas nas rubricas fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, são consequência da internalização do MASMO e da menor atividade.



Tendo em conta os gastos e rendimentos no período, o resultado da empresa, em outubro de 2014, apresenta-se negativo em 1,1 milhões de euros.

RESULTADOS ORÇAMENTAL/PATRIMONIAL

CMS

O POCAL consagra no ponto 3.1.1. o princípio do equilíbrio orçamental para as Autarquias, o qual estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução orçamental registada em outubro de 2014 cumpre o princípio acima mencionado, com a formação de poupança corrente na ordem dos 28,2 milhões de euros. Numa comparação mais prudente, entre a receita cobrada e a despesa realizada, ainda assim verifica-se uma poupança corrente na ordem dos 27,5 milhões de euros.

O saldo orçamental da CMS ascende a 33,1 milhões de euros. Com a incorporação do restante saldo da gerência anterior o saldo orçamental ascende a 42,8 milhões de euros, sobre o qual acresce 3 milhões de euros de operações não orçamentais totalizando 45,8 milhões de euros de disponibilidades financeiras.

Resultado orçamental	Unid: €	
	receita cobrada vs despesa paga	receita cobrada vs despesa realizada
	out-14	
Receita corrente	111.350.876	111.350.876
Despesa corrente	83.104.346	83.865.752
Poupança corrente	28.246.530	27.485.124
Receita capital	3.728.474	3.728.474
Despesa capital	13.157.650	13.446.669
Saldo de capital	-9.429.177	-9.718.195
Sd Gerência incorporado e reposições	14.277.838	14.277.838
Sd Gerência por incorporar	9.752.305	9.752.305
Saldo orçamental	33.095.191	32.044.767
Saldo orçamental (c/ a incorporação do total do sd gerência)	42.847.495	41.797.071

Este saldo orçamental permite fazer face aos compromissos assumidos e que se encontram por liquidar e que ascendem a 42 milhões de euros.

Unid: €	
Compromissos por liquidar	
	out-14
Compromissos	138.303.571
Realizado/faturado	97.312.421
Pagamentos	96.261.997
Compromissos por liquidar	42.041.574
Faturas por liquidar	1.050.424

Em termos patrimoniais o resultado líquido da CMS apresentou um aumento de 13,4 milhões de euros por força da redução dos custos (-16,6 milhões de euros), nomeadamente ao nível das transferências e subsídios (-19,5 milhões de euros), consequência da não celebração dos contratos-programa (-11,3 milhões de euros), e da redução das transferências para a AMTRES (-6,4 milhões de euros).

Unid: €			
Resultado Líquido do Exercício			
	out-12	out-13	out-14
CMS	25.828.526	7.105.947	20.537.937

SMAS E ENTIDADES PARTICIPADAS

Em termos patrimoniais e em forma de síntese, os resultados obtidos por estas entidades com referência a outubro, são os seguintes:

Unid: €			
Resultado Líquido do Exercício			
	out-12	out-13	out-14
SMAS	5.533.627	2.415.404	864.610
EDUCA	-227.528,04 *	305.254,51 *	-2.413.290
HPEM	-764.662	-799.218	-1.696.162
EMES	220.042	213.319	149.139
SINTRA QUORUM	-4.299	-4.299	-1.078.493

* informação disponível a setembro

DÍVIDA A TERCEIROS

A dívida a terceiros do Município de Sintra é 84,2 milhões de euros, reportando-se essencialmente a financiamento bancário (70,7 milhões de euros). Salienta-se, ainda, a redução contínua ao nível da dívida a fornecedores.

A dívida a outros credores incorpora as operações de liquidação junto da EDUCA, EEM (921 mil euros) e da HPEM, EEM (3,1 milhões de euros) relacionadas com os processos de cedência da posição contratual, cuja tramitação para a CMS não ocorreu no momento da internalização. Não obstante os valores já se encontrarem regularizados junto dos fornecedores, aquando da efetiva extinção das empresas, integrar-se-ão os balanços de liquidação destas, saldando-se os valores registados nos ativos das empresa e no passivo da CMS.

Unid: €			
Dívidas a terceiros			
	out-12	out-13	out-14
Financiamento bancário	91.928.718	80.870.518	70.727.621
Fornecedores	4.115.474	2.785.023	2.031.513
Outros credores	7.055.569	6.039.059	11.436.590
Total	103.099.760	89.694.600	84.195.724

Relativamente ao universo municipal, a dívida a terceiros atinge 97,3 milhões de euros, representando a dívida da CMS cerca de 86,5% do total.

Unid: €	
Dívida a terceiros	
CMS	84.195.724
SMAS	2.366.678
SINTRA QUORM	1.131.528
EMES	93.075
HPEM	4.975.089
EDUCA	4.528.246
Total	97.290.339

DÍVIDA A FORNECEDORES

A dívida a fornecedores do universo do Município de Sintra ascende a 8,5 milhões de euros, sendo 2 milhões de euros dívida da CMS e 1,3 milhões de euros dívida dos SMAS. No que concerne às empresas, o valor mais significativo advém da HPEM, EEM, cujo valor representa 56,6% do total, e regista 4,6 milhões de euros de dívida em atraso – um valor substancialmente inferior ao registado no final do exercício de 2013 (7,1 milhões de euros) e cuja regularização aguarda por apreciação do tribunal.

Unid: €			
Dívida a fornecedores	< 90 dias	> 90 dias	Total
CMS	2.031.513	0	2.031.513
SMAS	1.341.504	0	1.341.504
Educa	106.272	0	106.272
Hpem	223.691	4.610.465	4.834.157
Sintra Quorum	218.470	0	218.470
EMES	14.098	0	14.098
Total	3.935.549	4.610.465	8.546.014

DÍVIDA TOTAL

Procedeu-se ao apuramento da dívida total, de acordo com o art.º 52º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual determina que a dívida total das operações orçamentais não podem exceder no final de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o art.º 54º da referida lei revelam ainda para efeitos de limite da dívida total as seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados – entidades que relevam sempre;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais – entidades que relevam sempre;
- As empresas locais, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento da regra de equilíbrio de contas (resultado líquido antes de imposto negativo);
- Cooperativas e fundações – entidades que relevam sempre;

- e) Entidades de outra natureza, sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo – entidades que relevam sempre.

	valor	Coefficiente*
1. Limite dívida total	298.342.551	1,5
2. Contribuição CMS	84.146.834	0,28
3. Contribuição SEL	12.638.313	0,04
<i>SINTRA QUORUM, E.E.M</i>	963.286	
<i>EDUCA, E.E.M.</i>	356.976	
<i>HPEM, E.E.M.</i>	8.183.668	
<i>SMAS</i>	2.911.906	
<i>AMTRES</i>	216.516	
<i>MUNICÍPIA</i>	2.380	
<i>Fundação Cultursintra</i>	3.237	
<i>ANMP</i>	343	
4. Dívida total CMS (2+3)	96.785.147	0,32
5. Margem (1-4)	201.557.404	1,18

* coeficiente calculado de acordo com o art.58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

De acordo com a última informação reportada à DGAL, correspondente ao terceiro trimestre de 2014, o endividamento total do perímetro municipal ascende a cerca de 96,8 milhões de euros, que tendo em conta o limite legal imposto para o corrente exercício, no montante de 298,3 milhões de euros (1,5 x média da receita corrente dos últimos três anos), permite obter uma margem de 201,6 milhões de euros.

NOTA FINAL

O Município de Sintra conseguiu arrecadar 129,4 milhões de euros de uma receita estimada de 166 milhões de euros, verificando-se à data uma taxa de execução de 78%.

A receita compreende basicamente 73,7 milhões de euros de receitas próprias (62,4 milhões de euros respeitam a impostos), 41,4 milhões de euros de transferências da Administração Central e 14 milhões de euros de saldo de gerência anterior, sendo que a receita corrente totalizou 111,4 milhões de euros, a receita de capital, 3,7 milhões de euros, e as outras receitas (saldo de gerência anterior e reposições não abatidas), 14,3 milhões de euros.

A receita regista uma diminuição de 7,6 milhões de euros (-5,6%), relacionada sobretudo com o decréscimo das transferências da Administração Central (-5,4 milhões de euros), nomeadamente ao nível do IRS (-3,1 milhões de euros) e enriquecimento curricular (-1,7 milhões de euros), mas também nas reposições não abatidas nos pagamentos (-3,6 milhões de euros) e nas principais rubricas de impostos indiretos (-915,4 mil euros), ocupação da via pública (-595,2 mil euros) e publicidade (-354,6 mil euros).

Esta redução não se apresentou mais acentuada face ao acréscimo da cobrança do principal imposto direto, o IMI, com um aumento de 4,3 milhões de euros. Contrariamente, o IMT apresenta um nível de cobrança inferior em 1,2 milhões de euros em relação ao período homólogo.

Em termos de despesa encontram-se comprometidos 138,3 milhões de euros (70/ do valor orçamento), ascendendo a 97,3 milhões de euros um nível de despesa realizada, uma diminuição de 27,4 milhões de euros (-21,9%) face ao período homólogo de 2013. A despesa paga ascendeu a 96,3 milhões de euros, o que significa uma taxa de execução de 58% - se considerarmos o valor realizado a taxa de liquidação é de 99%.

A despesa corrente ascendeu a 83,9 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 16,6 milhões de euros (-16,5%) face ao período homólogo de 2013. A despesa de capital no montante de 13,4 milhões de euros, apresenta um decréscimo na ordem dos 10,8 milhões de euros (-44,5%).

No que concerne ao orçamento (extra-plano) a despesa totalizou cerca de 59,7 milhões de euros, o que significa um aumento de 1,1 milhões de euros (+1,9%) face ao período homólogo de 2013. Este acréscimo está traduzido ao nível do funcionamento (+2,3 milhões de euros), reflexo do processo de internalização, mas atenuado pela amortização de empréstimos e juros que diminuiram no total 1,2 milhões de euros.

Ao nível das grandes opções do plano a despesa ascendeu a 37,6 milhões de euros, sendo constituída pelas transferências correntes e subsídios, 18,7 milhões de euros, aquisição de bens e serviços, 14 milhões de euros, e investimento direto e indireto, 4,5 milhões de euros. Relativamente ao período homólogo verificou-se uma redução na ordem dos 28,5 milhões de euros, reflexo sobretudo da diminuição de transferências e subsídios, no montante de 19,4 milhões de euros, por via da não celebração dos contratos-programa com as empresas municipais, e das transferências para a AMTRES, que em 2013 incluía valores relativos à cessão de créditos e transferências de equilíbrio para a TratoLixo, EIM, SA.

Em resumo, e relativamente à despesa global, e embora o corrente exercício ainda não tenha terminado, conclui-se que a internalização das atividades das empresas permitiu que as mesmas se realizassem com uma economia de custos considerável.

No que concerne ao princípio do equilíbrio orçamental definido no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, verifica-se que a execução orçamental gerou uma poupança corrente de 28,2 milhões de euros, observando-se um total de 45,8 milhões de euros de disponibilidades financeiras, que permitem fazer face ao nível dos compromissos assumidos e que se encontram por realizar.

A dívida a fornecedores do universo municipal ascende 8,5 milhões de euros, contribuindo o sector empresarial local com 6,5 milhões de euros, do qual se destaca a dívida da HPEM, EEM, no montante de 4,8 milhões de euros. Relativamente à dívida em atraso (dívida a mais de 90 dias face ao prazo de vencimento), esta ascende a 4,6 milhões de euros, correspondendo na íntegra à HPEM, EEM.

Considerando o efeito do financiamento bancário, a dívida total a terceiros da CMS e do seu setor empresarial local, passa a ascender a 96,8 milhões de euros, cerca de 32% do limite imposto pelo regime financeiro das autarquias.